

Interpretando o que se diz dos jovens: um ensaio crítico

Romero G. Maia*

Resumo:

Este ensaio busca refutar, através de explicações alternativas e interdisciplinares, e com auxílio de dados quantitativos e qualitativos, o que é propagado sobre as juventudes por algumas correntes da Psicologia e alguns meios de comunicação de massa.

Palavras-chave: juventudes, identidade, senso comum, meios de comunicação de massa.

Interpreting what saying about young people: a critic essay

Abstract:

This essay proposes alternative and intersubject explications, based in qualitative and quantitative datas, that refute some Psychological and Mass Media discourses about youth.

Key-words: youth, identity, common sense, mass media.

INTRODUÇÃO

Esse ensaio aborda o tema da juventude a partir de um aporte teórico externo ao debate especializado. Há contribuições de autores clássicos como Britto (1968), e contemporâneos como Waiselfisz (2004), mas não com o fito de discutir seus pressupostos. São utilizados como suporte para nossa crítica a dois campos geradores de discursos de grande repercussão no cotidiano^[1]. Trata-se de mostrar como a juventude é representada enquanto um dos objetos do discurso da Psicologia e da mídia, e perfazer uma crítica metodológica fundada nos pressupostos básicos de validade e confiabilidade. Para tanto são usadas comparações de dados estatísticos e históricos.

Não apenas na Sociologia, mas em toda área das Ciências Sociais não há consenso em torno do conceito juventude. O que temos são definições operacionais que se esgotam nos limites da pesquisa para a qual se prestam. (cf. Lemus, 1998). Além disso, um agravante que essas próprias definições costumam ser divergentes. Algumas pesquisas do Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) sobre participação política, abrangem o intervalo de 18 a 30 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) lida com a faixa de 15 a 24 anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalha com 15 a 29, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que demarca a definição legal da juventude no Brasil, vai de 0 aos 18 anos incompletos. Tais diferenças nas definições inviabilizam comparações rigorosas entre os perfis obtidos com as pesquisas. A mais ampla e, por isso, mais apropriada para esse ensaio, é a definição de juventude adotada pela UNESCO, concebida na Conferência Internacional sobre a Juventude (1964): “O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são ‘jovens’. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também os indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens”. (Martínez, 1987: 661) Contudo, o que nos interessa não é corroborar esta definição. Nosso foco aqui, como dito acima, é somente verificar a integridade de alguns dos discursos mais expressivos hoje.

As noções que circulam no cotidiano sobre a juventude estão postas sob uma miríade de opiniões não sistematizadas. A partir delas, estabelecem-se noções que ganham um caráter geral, naturalizante. É parte fundamental do motivo de ser da perspectiva sociológica desnaturalizar idéias que, na verdade, são *debitárias* do momento histórico, interesses, e localidade onde são desenvolvidas, ou seja, são diferentes das constatações de relações fundamentais na natureza.

Buscamos distinguir algumas análises parciais, e matérias veiculadas em revistas e jornais populares, revelando a persistência do senso comum como prisma fundamental presente na maioria delas. A utilização de elementos

teóricos se dá dentro de uma perspectiva eminentemente interdisciplinar, porém com ênfase estrutural.

A situação dos jovens será exposta e analisada dentro de 2 grandes temas, a saber: identidade social e condições sócio-econômicas.

Identidade social

O conceito de identidade social é, na verdade, uma aquisição proveniente da Psicologia. Foi Erikson (1976) quem atribuiu o termo identidade ao arcabouço das investigações sobre os distúrbios do comportamento. Ele percebia o desenvolvimento humano dividido em oito estágios marcados por referenciais etários, desde o nascimento até a morte do indivíduo^[2]. Identificava o desenvolvimento como algo perpétuo, marcado por crises constantes, ao contrário de Freud, para quem, segundo Braghirolli et al. (1990), o processo de socialização de um indivíduo terminava aos 5 anos de idade com o término da estruturação da personalidade^[3]. Contudo, a noção de crise não é posta como algo que precisa ser combatido, mas como típico e decorrente do caráter transitório de cada uma das oito fases. Nesse contexto, a juventude é vista como uma fase peculiar, em que ocorre uma crise aguda e fatalista, com perda de noção de identidade pessoal e de continuidade histórica, ou seja, uma crise de caráter normativo, inerente e necessária ao estágio.

É certo que a descontinuidade é uma das características mais marcantes no trajeto da vida individual contemporânea. Segundo Carrano (2004), existe um enorme obstáculo para se assegurar a unidade e a continuidade da história individual num mundo de complexidades e alternâncias existenciais^[4]. Também Giddens (1991) chega a dizer que a Modernidade é marcada por descontinuidades, caracterizando-as no ritmo extremo das suas transformações endógenas. Todavia, a tentativa de Erikson (1976) de apontar a juventude como uma categoria marcada inexoravelmente por sérios distúrbios simplesmente porque seus membros estão dentro de um segmento etário específico não parece abarcar de maneira satisfatória as inúmeras variáveis do problema. Por centrar sua explicação na idade dos indivíduos,

termina sendo superficial ao esquecer que, por exemplo, a condição de classe, a influência dos meios de comunicação, da escola e da família, somadas com os ritos históricos de entrada e saída da juventude são importantíssimas para entender as várias maneiras como os jovens percebem-se, vêem seus pares e enxergam seu lugar no mundo. Além do mais, a própria classificação etária contém diversas limitações conceituas e nem parcialmente encerra o debate sobre a definição de juventude.

Essa descrição eriksoniana do período juvenil vai de encontro a um dos resultados obtidos com a pesquisa do Instituto Cidadania chamada Perfil da Juventude^[6], realizada no final de 2003 com jovens de 15 a 24 anos, meninos e meninas, de todos os estados da federação e dos mais variados segmentos sócio-econômicos. Tal resultado afirma que 74% dos jovens brasileiros encontram mais vantagens do que desvantagens em ser jovem. Diante de um meio tão hostil, repleto de estorvos à realização plena das potencialidades juvenis, acrescido da suposta crise inescapável que dilacera psicologicamente o indivíduo jovem, é no mínimo curiosa essa constatação dos pesquisadores. Essa inquietação redireciona a perspectiva sociológica para outras descrições da crise de identidade vivida pelas juventudes. E, nessa lógica, a crise se revela mais vinculada ao resultado social das dinâmicas institucionais, econômicas e culturais do que das efervescências psicofisiológicas de um amontoado de pessoas dentro de certo intervalo de idade.

O paradoxo de sentir orgulho da condição jovem e ao mesmo tempo, por causa dessa mesma condição, constituir o contingente mais vulnerável e que goza de menos segurança quanto ao futuro, está em consonância com a assimetria entre a lógica da indústria cultural e da situação de mercado hoje, entre o discurso aceito e reproduzido pelos jovens e a prática cotidiana de exercer o fardo de ser jovem.

A partir de meados da década de 50 do século XX, havia nos Estados Unidos um considerável montante de capital à espera de oportunidades de investimento. O país tivera seu território preservado dos males da II Guerra e terminara o período como a maior economia do mundo. Nesse ambiente de prosperidade e otimismo, a população americana entrou num ritmo acelerado

de consumo e crescimento demográfico. “Os soldados de volta para casa (e as suas noivas) estavam decididos a recuperar o tempo perdido: a população aumentou 33% entre 1940 e 1960” (Brandão; Duarte, 1996: 19). Em decorrência, a estrutura da pirâmide de idades da população americana sofreu um alargamento em sua base. Estava em curso o que ficou conhecido posteriormente como *baby boom*. Logo, alguns empresários percebem um promissor nicho de mercado no grande contingente de jovens. A juventude assume uma importante posição dentro da vida cultural e mercadológica estadunidense. Pela primeira vez, fincam-se contornos de diferenciação próprios para com o restante dos indivíduos não-jovens, propiciando o surgimento de subculturas juvenis que se diversificaram cada vez mais, não obstante as tentativas de homogeneizações perpetradas pelos ideólogos da indústria cultural. Com o tempo, eles perceberam que só precisavam padronizar um único tipo de comportamento como elemento da constituição do jovem urbano: o consumismo. Por sua vez, todo esse processo não deve ser imaginado apenas como uma reivindicação espontânea dos jovens de serem reconhecidos enquanto entes com necessidades específicas, ou como uma imposição dos empresários da indústria cultural. O desenvolvimento dos meios de comunicação e o conseqüente barateamento de seu uso e acesso, antes, criaram condições históricas específicas em território americano e, por exemplo, operaram a fusão e difusão de elementos de cultura não-material marginalizados como o *rhythm and blues*, de origem negra, e o *country-and-western*, de origem branca, para o nascimento do maior fenômeno da *cultura jovem* do século XX, a saber: a música “pop” (expressão abreviada do verbete popular), ou de forma mais específica o *rock n’ roll*. Esse novo produto cultural precisava ser direcionado aos jovens não apenas porque agora eles compunham um grande número da população, mas também porque os adultos já tinham suas respectivas preferências consolidadas. No caso americano, era a música popular romântica de Frank Sinatra, B. Crosby e outros que dominava o mercado (Brandão; Duarte, 1990: 20).

Depois do sucesso conseguido nos EUA sob nome de *American way of life*, começava a se espalhar pelo mundo a idéia, embutida na miríade produtos culturais, que a identidade pessoal se afirma nas escolhas individuais de

consumo. Também trazia consigo a noção simbólica de juventude como ícone máximo de felicidade e vitalidade. Por outro lado, o discurso ocultava, por motivos óbvios, que a representação massificada do jovem fazia dele nada mais que seu público-alvo. Um exemplo atual desse descolamento entre a noção comercializável da juventude e a realidade juvenil pode ser facilmente percebida em recente reclame de uma empresa de celular transmitido pela TV brasileira. Trata-se de uma operadora que, para vender seu produto, mostra um indivíduo de idade avançada fazendo uma série de esforços físicos na intenção de externar vitalidade. No final, ele sorri, revelando a conexão entre juventude, saúde e felicidade, e a voz da narradora estabelece: “Oi, feito para jovens.”

Num curto espaço de tempo essa ideologia chegou, via tecnologia da informação, a países como o Brasil, ditos subdesenvolvidos. Além do projeto imperialista que previa a submissão cultural da América Latina ao ideal de nação americano, as boas expectativas dos negócios publicitários eram estimuladas pela existência de um expressivo contingente juvenil, consequência da alta taxa de fecundidade da década de sessenta,^[6] e pelo crescimento do mercado interno, impulsionado pelo incipiente processo de industrialização da economia nacional. Nesse novo cenário de pobreza, desigualdade e dependência externa, a incompatibilidade explicada acima vai ser radicalizada e perpetuada pela condição de subdesenvolvimento social até os dias de hoje. Neto e Quiroga (2004) resumem bem essa contradição:

“A sociedade contemporânea vive, em relação a sua juventude, um paradoxo. De um lado tem-se uma cultura marcada por uma supervalorização do jovem e do “ser jovem” que se expande como valor canônico para todos os grupos de idade e se manifesta em múltiplas representações sócio-culturais, da publicidade à moda, da música às produções televisivas . Essa dimensão, a que se relacionam, valores de vitalidade, dinamismo e criatividade, se articula a outras características dos tempos atuais: a valorização social do tempo livre, do lazer e do ócio.

A juventude seria pois o grupo social emblemático, com legitimidade para assumir todas essas dimensões. Esse protagonismo da condição juvenil não coincide, entretanto, com sua

inserção sócio-econômica real onde a falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego juvenil, a falta de equipamentos sócio-culturais, a extensão da vacuidade, têm alimentado os fantasmas da marginalidade, da delinqüência e da possibilidade de rupturas da ordem social.”^[7]

A idéia que os jovens fazem de si mesmos, nesse sentido, é bastante enviesada pela inculcação das categorias valorativas da sociedade de consumo, da indústria cultural, ao passo que a inóspita vida cotidiana na qual muitos deles são submetidos é justificada pelo mérito especial dos “indivíduos-modelos” utilizados pela mídia para representá-los. Enfim, há uma crise de identidade que assola os jovens, mas ela não se origina do intervalo etário que ocupam. Contudo, em uma matéria publicada na revista IstoÉ On-line^[8], no dia 11 de agosto de 2004, podemos perceber que essa idéia ainda está muito em voga. Nela, vemos novamente que a crise tem uma hora certa pra acontecer: aos 25 anos. Para a perspectiva sociológica isso é menos uma constatação científica sobre a juventude do que uma verificação de uma dinâmica de classe pois, nesse sentido, poderíamos falar em uma “crise dos 8 anos”, quando crianças são obrigadas pela penúria que encontram suas famílias a invadirem as ruas em busca de alguns trocados. Ser jovem é ocupar um *status* no tecido social em que suas condicionantes estão subordinadas à conjuntura cultural-econômica de um período histórico, não biológico. A complexidade da juventude reside, como disse W. Jaide (cf. *in* Britto, 1968: 26), no fato dela ser um *complexio oppositorum*. A cada geração surgem tendências muito diversas e até completamente opostas. No caso do Brasil, particularmente, a crise juvenil vem, dentre outras causas, da importação de uma cosmovisão direcionada para a satisfação pessoal na prática sistemática do consumo, sem a respectiva consolidação de uma estrutura sócio-econômica capaz de dar vazão a essa nova gama de valores e necessidades. Dessa forma, o que ocorreu foi a construção de uma identidade fragmentada, pretensamente global e, contraditoriamente, opaca e parcial.

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

Em matéria do jornal O Globo, no dia 4 de maio de 2004, havia a seguinte afirmativa: “O jovem não quer deixar a casa dos pais e adora a família”. O que pensar a respeito dessa interpretação dos dados da pesquisa do Instituto Cidadania? Que os indivíduos nascidos de 1979 até 1989 no Brasil sofreram alguma mutação genética que propiciou um comportamento mais sadio dentro do âmbito familiar? Ou que as famílias conseguiram implementar, com sucesso, os conselhos dados pelos diversos “especialistas em relacionamento” que invadiram a TV brasileira nos últimos anos?

Bastante esclarecedor é o dado de que 12,2% dos jovens do Brasil vivem em situação de extrema pobreza, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)^[9]. São mais de 4 milhões de pessoas que dispõem, no máximo, de $\frac{1}{4}$ do valor do salário mínimo para suprir todas as suas necessidades mensais. Um indivíduo nessas circunstâncias está aquém de qualquer meio de mobilidade social, nem mesmo horizontal, porque em seu *status*, dentro do sistema de estratificação predominantemente classista, não há muita variedade de oportunidades ou estilos de vida. É um estado situado na zona raiana entre a sobrevivência e a morte. A falta de perspectivas futuras é agravada ainda mais por se tratar de indivíduos sem experiência em emprego regular e com qualificação insuficiente, o que, por sua vez, implica baixa empregabilidade.

Para se ter uma idéia, os jovens (15 a 24 anos) representavam em 2001, de acordo com o IBGE^[10], 47% de todos os desempregados do Brasil^[11]. Em 2003, o Instituto Cidadania constatou que 40% dos jovens se encontravam desempregados. Esses percentuais esboçam feições ainda mais assustadoras ao serem comparados com dados de 1989, quando foi constatada a taxa de desemprego de apenas 5%, em um estudo que abrangeu um intervalo etário ainda maior: de 10 a 24 anos (OIT, 2001)^[12].

Quando todo esse contingente de desempregados não segue para subempregos lícitos, acontece um processo de cooptação pelo tráfico de drogas, por exemplo, ou qualquer outro ramo de atividade ilegal que possa garantir pelo menos o contentamento das necessidades básicas. Carrano (2004) escreveu sobre a situação do Rio de Janeiro em 2003 ressaltando que

“chama a atenção a predominante participação de jovens pobres nas ações cotidianas do tráfico de drogas e também nesses, cada vez mais constantes, eventos de intimidação contra o comércio e os meios de transportes na cidade”^[13]. Alerta também para a premência de rapidez política para gerar mudanças nas condições objetivas e simbólicas que fazem muitos jovens pobres, mas não somente eles, seguirem para redes de tráfico em busca de proteção e de alguma via de ascensão social.

Ainda sobre relacionamento com a família, na edição especial sobre jovens, publicada em junho de 2004, da revista *Veja* lemos: “60% nem pensam em sair da casa paterna”. Por sua vez, ao invés de ser destrinchada, essa informação é vinculada somente à idéia que os jovens atuais consideraram a realidade social por um ponto de vista mais prático em comparação aos jovens de épocas passadas:

“O que se pode afirmar com certeza é que se está diante de uma geração que trocou a utopia pelo pragmatismo. Os jovens não são mais arrebatados por grandes questões de ordem, na linha capitalismo versus comunismo ou rebeldia versus carece. De olho no futuro estão mais interessados naquilo que pode afetar sua felicidade de forma mais concreta” (Revista *Veja*, jun./2004).

Ora, dito desta forma, também fica clara a mensagem inversa, isto é, que os jovens revolucionários que entraram para a história do Brasil lutando contra a ditadura militar estavam interessados em coisas que não poderiam afetar sua felicidade concretamente, de forma prática. Eram, por fim, “rebeldes sem causa”. A noção de pragmatismo utilizada para justificar esse suposto comportamento dos jovens de hoje se institui como uma máscara, e naturaliza a difícil condição de ser jovem no Brasil, rotulando de utopia tudo que rompe com os ditames da exploração do trabalho pelo capital.

Por outro lado, se sair da casa dos pais implica muitos riscos, permanecer com a família não é mais garantia de tranquilidade. O orçamento familiar no Brasil tem sido progressivamente prensado nos últimos 30 anos, fazendo cair drasticamente sua capacidade de investimento (entenda-se acesso à educação de qualidade no Brasil como um investimento):

“Em 1975, as famílias brasileiras destinavam 16,5% para investimentos. Atualmente sobram 4,76%. A maior parte dos recursos (82,41%) é absorvida no consumo, com alimentação, habitação, saúde, despesas pessoais e outros itens. Em 1975, 74,59% dos gastos familiares eram para consumo. [...] Além do aumento das despesas com consumo, os gastos com impostos, serviços bancários, contribuições trabalhistas e previdência subiram. O percentual passou de 5,27% para 10,85%” (Jornal do Comercio, 23/5/2004).

Os dados acima foram retirados da Pesquisa de Orçamento Familiar, divulgada em maio de 2004 pelo IBGE. Some-se a isso a constatação feita por Waldir José de Quadros, professor do Instituto de Economia da Unicamp, de que a classe média empobreceu profundamente entre 2003 e 2004, “só comparável ao que ocorreu no governo Collor, com o confisco dos depósitos e aplicações financeiras” (Estadão, 12/11/2004).

Essa conjuntura econômica é, de certa forma, a síntese dos efeitos das políticas nacionais de ajustes às crises financeiras durante a década de 90, da inserção da economia brasileira no mercado internacional de maneira mais competitiva, do processo de reestruturação econômica e de privatizações, bem como das mudanças tecnológicas e organizacionais que, por sua vez, têm modificado a estrutura operacional e os perfis de competências (OIT, 2001).

Outro fator importante para explicar a dificuldade da economia brasileira em assimilar os jovens é o aumento desse contingente populacional ocorrido nos últimos anos que, por sua vez, não foi acompanhado de crescimento dos postos de trabalho:

“O aumento da população juvenil – de 15 a 24 anos (segundo a ONU) ou 15 a 29 anos (de acordo com a OIJ e a OBJ^[14] no que tange as políticas de juventude) tem causado, e continuará causando, enormes implicações para os governos, economias, comunidades e o meio ambiente, caso o jovem não seja tratado de maneira efetiva pelos responsáveis pelas políticas públicas”.^[15]

Essas são palavras de Ponce de Leon (2004), ex-coordenador de Políticas de Juventude do Governo do Estado do Rio de Janeiro. E ele

acrescenta: “De acordo com especialistas, para incorporar cerca de 1,5 milhões de jovens no mercado de trabalho, no período da *onda jovem*, o Brasil necessitaria crescer ao menos 5,5% ao ano”. Vale lembrar que, se o Instituto Cidadania estiver certo, a cifra de 1,5 milhão apontada por Ponce de Leon abrange apenas 11% do total da juventude desempregada. E se quiséssemos considerar a faixa etária adotada pela OIJ ou OBJ (até 29 anos), esse percentual seria ainda mais insignificante.

Se por um lado essa argumentação traz em seu bojo resquícios do pensamento neomalthusiano^[16], ela não empobrece a discussão mistificando o subdesenvolvimento com a justificativa do elevado número de jovens que oneram severamente as contas públicas. A linha de raciocínio levada a cabo por Ponce de Leon mostra um problema concreto para um país subdesenvolvido que tenta sobreviver numa economia de mercado. Inegavelmente, nesse contexto, não é interessante ao Estado ter grande parte de sua população fora dos limites da PEA, acarretando mais gastos e endividamento ao invés de arrecadação e dividendos. A despeito da lei^[17] criminalizar o trabalho somente aos menores de 16 anos^[18], tomando como base principalmente o tempo de permanência necessária no sistema educacional, sabe-se que, na prática, os tecnicamente desqualificados, geralmente membros da classe com baixo poder aquisitivo, se encontram dispersos num intervalo etário bem mais amplo. Segundo o Instituto Cidadania, em 2001 mais de 17 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não estudavam, ou seja, mesmo com o aumento, em comparação com as gerações anteriores, da média estatística de escolaridade no Brasil, mais da metade dos jovens ainda não tinham acesso à educação. Além disso, apenas 42% chegaram ao ensino médio, o nível considerado como básico pelo mercado hoje. Por conseguinte, a presença de 62% da PEA jovem na economia informal não chega a ser um dado surpreendente. Em Pernambuco, há dados apontando que 50% deles estão fora da escola; dos que estudam, 54% estão atrasados com relação à série que deveriam estar cursando de acordo com a faixa etária; e 9% são analfabetos (Jornal do Commercio, 10/7/2004).

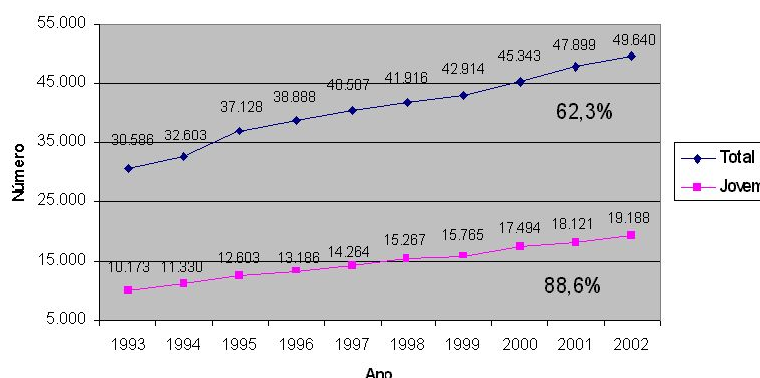
Não é o caso de explicar o subdesenvolvimento por meio do desvio dos investimentos do Estado para o setor de proteção social, e dos prejuízos oriundos das perdas de arrecadação, mas sim de ver esse fenômeno como um agravante para a condição histórica de subdesenvolvimento. Todavia, é também por causa desse raciocínio que quase todas as políticas direcionadas aos jovens são ocas e limitadas. No cerne dessa linha de pensamento há a percepção dos jovens como um problema a ser resolvido, ou pior, corrigido. A percepção meramente economicista da utilidade dos indivíduos para a geração de riquezas em um país, dessa forma, obsta a visão do jovem como mais um agente político, suscetível de participação efetiva.

Contudo, os jovens não são intimidados apenas pelo ambiente econômico hostil. O Instituto Cidadania detectou a violência como sendo o fenômeno mais apontado pelos jovens como centro de suas preocupações. À frente até do desemprego, que ficou em 2º lugar no *ranking*. Há mister de refletir um pouco sobre tal constatação. Em última instância, tememos sempre pela nossa vida, trabalhamos e fazemos coisas sempre com o intuito de continuá-las ou fazermos outras amanhã. Portanto, a violência sendo a forma mais direta e concreta de ameaça ao bem-estar, à vida, é potencialmente algo que está entre as principais preocupações do homem em todas as épocas. Todavia, a cultura reserva um lugar para as várias práticas sociais em uma sociedade e a violência tem seu lugar determinado pela sociedade atual. Na teoria, ela fica reservada apenas como uma faculdade do Estado impor suas resoluções; na prática, ela permanece ativa em espaços onde é transformada em mercadoria (no caso de lutas de boxe transmitidas pela TV, por exemplo), ou como mecanismo de garantir as normas ditadas pelo mais forte nos lugares onde o Estado não funciona, ou seja, nas periferias e zonas rurais muito afastadas dos grandes centros (como provam os inúmeros assassinatos em conflitos entre posseiros e grileiros). O que faz a violência infligir, de forma tão generalizada, tanto medo à maioria dos jovens entrevistados pelo Instituto Cidadania é justamente a dispersão dos focos tradicionais de violência para áreas novas, ao passo que, há alguns anos, a violência só era uma realidade mais próxima dos jovens de periferia e de zonas rurais abandonados pelo poder público.

O equívoco interpretativo começa quando se tenta com uma simplicidade extrema atestar alguma correlação entre juventude e violência. Além de espúria, essa correlação implica novamente na falácia de “envenenar o poço”, isto é, desmoralizar o objeto de análise para classificá-lo como problema a ser corrigido e controlado. Como percebeu o IPEA, a violência, na verdade, ganha força com o recrudescimento da desigualdade: “Ela é o grande contexto, o pano de fundo, onde vive a população mais atingida por esse problema: as pessoas entre 15 e 24 anos”,^[19] afirmaram Aquino e Rocha, pesquisadoras do IPEA. Essa visão é compartilhada pelo sociólogo Julio J. Waiselfisz: “A origem da violência está na concentração de renda, ou seja, a questão maior é dar fim à pobreza dentro da riqueza” (Jornal do Commercio, 28/3/2004). Ou seja, sugere que é preciso rever o discurso que associa o fim da brutalidade com a existência isolada da pobreza. Se assim fosse, os índices de violência em regiões paupérrimas do sertão nordestino deveriam superar os níveis alcançados em meio urbano, o que de fato não acontece. E se essa relação (pobreza *versus* violência) fosse realmente direta e proporcional, os níveis de violência deveriam atingir patamares ainda maiores em um país como o Brasil.

Obviamente, esse não é um motivo exclusivo. Outras variáveis como a difusão e banalização de uma cultura de violência nos meios de comunicação de massa, o ritmo da vida nos grandes centros, que acarreta estresse e outras síndromes neurológicas geradoras de desenlaces violentos, não podem ser descartadas. Mas é na condição de extrema desigualdade de condições de consumo que as formas de sobrevivências se orientam pela “lei da selva”, de matar ou morrer. A diferença consiste em que no caso humano são animais da mesma espécie em um cenário de selva de pedras, separados uns dos outros não pela distribuição dentro da cadeia alimentar, mas pelas possibilidades de acesso e concentração dos lucros auferidos pelo capital. E o Brasil, não devemos esquecer, é o quarto país mais desigual do mundo, perdendo somente para Namíbia, Lesoto e Serra Leoa, todos localizados na África Subsaariana, que é o continente com os piores índices sociais do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004^[20].

Como vimos, os jovens existem como uma categoria extremamente vulnerável diante das matrizes econômicas de nossa época e por isso se encontram numa situação crítica. O gráfico abaixo, extraído do “Mapa da Violência IV”, confeccionado pela UNESCO, ilustra bem a escalada da violência no âmbito da juventude. Ele apresenta a evolução dos homicídios no Brasil de 1993 a 2002, comparando a população total com a categoria de indivíduos de 15 a 24 anos:



Fonte: UNESCO, Mapa da violência IV.

O gráfico mostra uma diferença relativa de 26,3% entre o aumento de violência no âmbito da juventude e o do resto da população. Também podemos ver que só os jovens representaram 38,65% de todos os óbitos por homicídio em 2002, enquanto que, em 1993, eles representavam 33,26% do total.

Com esses dados não podemos negar que maior vítima da violência em nossa sociedade é mesmo o jovem. Também podemos ver no Mapa da Violência IV que, de 1980 a 2002, as taxas de mortalidade geral caem de 633 para 561 em cada 100 mil, mas entre os jovens crescem de 128 para 137 em 100 mil. O estado de Pernambuco, por exemplo, que tem 20% de sua população composta por indivíduos de 15 a 24 anos (1.664.036 pessoas), é o segundo do Brasil, só perdendo para o Rio de Janeiro, com maior índice de mortes violentas: 127,95 mortos por ano em cada grupo de 100 mil. E enquanto no Brasil o percentual de morte juvenil por homicídio é de 39,9%, em Pernambuco esse percentual chega a 56,6%.

Esses dados têm a força de alertar os governos e mobilizar a opinião pública a exigir providências que, nas vezes em que são levadas a cabo, são tomadas na forma de elaboração de políticas públicas. Afinal de contas, a violência também tem seu custo econômico para o Estado. Segundo a Organização Mundial de Saúde, em 1997 o preço da violência já correspondia a 10,5% do PIB brasileiro. Apenas com o tratamento de saúde para as vítimas, o Brasil gasta 1,9% do PIB, quase dez vezes mais recursos do que o México, por exemplo^[21]. Sobre os jovens, a matéria diz:

“[...] Um crime cometido por um jovem pode gerar perdas de cerca de US\$ 14 mil para a vítima. O Estado, por sua vez, gasta US\$ 44 mil com o caso, entre o processo judicial, o tratamento de saúde da vítima e a manutenção do responsável na cadeia.

No caso do Brasil, os gastos hospitalares com a violência são significativos. Um estudo mostra que, no Recife, o atendimento a vítimas crianças e adolescentes respondia por 77,9% dos custos dos hospitais e 65,1% das internações. Para cada internação o gasto médio era de US\$ 184 em 2002” (Jornal do Commercio, 10/6/2004).

Entretanto, defender uma falsa idéia sobre a juventude, continuar tratando o fenômeno como endógeno e homogêneo, não contribui para apontarmos soluções eficientes e exequíveis. É a partir dessa espécie de explicação que se deduz a necessidade premente de redução de maioridade penal. Ou pior, ouve-se do senso comum que determinados jovens são irrecuperáveis, não lhes restando nenhuma outra alternativa senão a extinção, vista como um bem para a sociedade a qual ele não quis se adaptar. Políticas públicas que tentam distrair o jovem com atividades culturais e esportivas, garantindo-lhe refeições como modo de atraí-los, são estabelecidas ainda sob a velha fórmula de evitar os desvios de conduta e preservá-lo das tentações do crime que, ao contrário do que diz o ditado, compensa. Mesmo os tão promissores cursos de qualificação profissional, inclusos nos programas das políticas públicas de governos como, por exemplo, no estado de Pernambuco, o Agenda da Juventude^[22], não resultam num milagre de multiplicação dos empregados. O problema, como vimos, é estrutural.

Urge perceber a interação dialética entre os inúmeros obstáculos econômico-sociais (principalmente os que são enfrentados pelos jovens pobres e, por isso, obstados de exercerem a plena cidadania^[23]) e o grau de desigualdade social gerado pelas relações econômicas atuais. Os técnicos do governo devem entender que o jovem não é o problema, e não precisa ser vigiado pelo Estado para não se voltar contra os interesses do país simplesmente porque é jovem. A situação da juventude não é causa, mas sim reflexo dos dilemas nacionais mais sórdidos, como a desigualdade, fundamentalmente de ordem econômica e política^[24]. Esses dilemas se manifestam de forma mais aguda na juventude pelo paradoxo de sua condição ante uma política regida predominantemente pelo viés do mercado que, por um lado, explora sua imagem e representação social, e por outro, se funda numa visão dos jovens como capital humano^[25]. Sendo assim, sair de casa, deixar a família para trilhar sozinho seu próprio caminho, não parece ser uma escolha plausível para muitos jovens no Brasil. Deste ponto de vista, os jovens não têm nada de rebeldes sem causa. Pelo contrário, são tão racionais quanto um “adulto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando verificamos analiticamente dois discursos provenientes de métodos distintos a respeito de um mesmo tema, nos defrontamos com quatro possibilidades de escolha: afirmar a superioridade de um sobre o outro, mostrar que ambos são complementares, descartá-los e dar prosseguimento à elaboração de uma terceira versão da realidade, ou ainda podemos refutar ambos sem mais nada acrescentar. Essa é preferencialmente a via-expressa da maioria dos comentadores e críticos de revistas e jornais produzidos em larga escala, cuja missão, entre outras coisas, é causar impacto instantâneo e transitório nos consumidores, sem a preocupação central de validarem ou garantirem a confiabilidade de suas assertivas. É a produção de idéias orientada para uma demanda de mercado, não necessariamente rigorosa ou alicerçada na ética científica.

A interpretação sociológica das condições das juventudes trabalha com um número bem maior de variáveis do que a interpretação dada diariamente

pelos meios comunicação direcionados às vendas no curto prazo. Possui um grau de complexidade mais alto, e seu discurso leva bem mais tempo para ser elaborado. Também é precedido de extensa pesquisa exploratória, no mínimo. Não há como fazer Sociologia de qualidade de um dia para o outro. E mesmo assim não se consegue abarcar todas as nuances do que procede nas relações entre os indivíduos e estruturas. Compreendendo essas limitações inerentes ao método, separamos nossa análise nas duas partes: a identidade social, e as condições sócio-econômicas, admitindo ser razoável entender o jovem como elemento passível de ser condicionado sócio-economicamente pela sociedade global (cf. Britto, 1968^a: 12).

Do exposto acima, fica claro que este ensaio seguiu o primeiro caminho entre os quatro possíveis. Argumenta-se essencialmente a favor da perspectiva científica, mais acentuadamente a sociológica. Com efeito, a interpretação da realidade da condição juvenil assimila ares de maior complexidade. O primeiro passo foi mostrar o quanto o discurso dos principais veículos de comunicação forjam interpretações limitadas, orientadas para serem assimiladas sem muita dificuldade pelo senso-comum. Os consumidores, não especializados nesses temas, buscam prazer ou pretensa erudição no consumo de textos de exíguas dimensões. Também os profissionais da área acreditam que o texto comercial precisa dessas características, e reproduzem o modelo de subordinação do conteúdo à forma no intuito de conseguirem boa aceitação no mercado. Este ensaio buscou propor uma outra perspectiva das juventudes para o lugar ocupado pela perspectiva hegemônica e massificada. Vimos que os jovens não são essencialmente um problema para a sociedade, como alardeado por algumas das análises psicológicas e notícias estudadas acima. Como também a juventude não é apenas um elemento que aumenta o valor de troca de mercadorias. Mas são de fato um problema, de cunho científico, para a Sociologia e demais ciências humanas e sociais, o que os torna um fenômeno que necessita de uma metodologia específica e sistemática para elaboração de hipóteses e delineamento de conclusões válidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. *Psicologia geral*. 9. ed. Porto Alegre: Vozes, 1990.

- BRANDÃO, Antonio C.; DUARTE, Milton F. *Movimentos culturais de juventude*. 16. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

- BRITTO, Sulamita de (Org.). *Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968a.

- _____. *Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968b.

- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

- LEMUS, Roberto B. (1998), Hacia una Sociología de la Juventud: algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. *Revista Última Década*, nº. 009, Viña Del Mar, Ediciones CIDPA.

- MARTÍNEZ, Esteban M. (1987). Juventude. In: SILVA, Benedicto. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, FGV.

- NETO, Ana M. Q. F.; QUIROGA, Consuelo. *Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais*. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1169>. Acesso em: 04/12/2004.

- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções*. 2ª ed, Brasília: OIT, 2001.

- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 2004.

Notas

* Bacharel. em Ciências Sociais pela UFPE, ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: romeromaia@gmail.com

^[1] Tempo e espaço socialmente construído para viabilizar o fácil convívio, em nível de baixa complexidade comunicativa, território por excelência do senso comum. Queira ver: DEUSDEDITH Jr. (s/d), *O território do cotidiano*. Disponível em:

<<http://www.homemdocerrado.com/PDF/territoriocotidiano.pdf>>. Acesso em: 29/06/2006.

^[2] Os estágios são, na ordem: estágio infantil/oral-sensorial (dos 0 aos 12 ou 18 meses), infantil/muscular-anal (dos 12 ou 18 meses aos 3 anos), pré-escolar/genital-locomotor (dos 3 aos 6 anos), puberdade/latência (dos 6 aos 12 anos), adolescência (dos 12 aos 18 ou 20 anos), jovem-adulto (dos 20 aos 30 anos), meia-idade (dos 30 aos 65 anos), e maturidade/velhice (depois dos 65 anos).

^[3] O conceito de personalidade admite muitas definições na Psicologia. Aqui a entendemos, a partir de Braghirolli (1990), como a base que organiza e une entre si as diferentes condutas e disposições globais do indivíduo, dando certa unidade e coerência ao comportamento.

^[4] Disponível em:

<<http://www.iets.org.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicatoinCode=1&pageCode=122&textCode=3402&date=currentDate>>. Acesso em: 1/9/2004

^[5] Disponível em: <www.interagir.org.br/politica/boletim/arquivos/projetojuventude.pdf>. Acesso em: 4/9/2004

^[6] Segundo o IBGE, em 1960 a taxa de fecundidade brasileira era de 6,28 filhos por mulher em idade fértil.

[7] Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/pdf/juventude%20urbana%20pobre-H3.5.pdf>>. Acesso em: 3/12/2003.

[8] Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/capa.htm>>. Acesso em: 11/8/2004.

[9] Disponível em: <www.ipea.gov.br/>. Acesso em: out./2004

[10] Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: abr./2004

[11] Disponível em:

<www.desempregozero.org.br/artigos/jovens_sao_47_dos_desempregados_mas_ha_solucio.php>. Acesso em: out./2004

[12] Disponível em:
<www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasil/inf/download/desemprego_juvenil.pdf>. Acesso em: 25/2/2004.

[13] Disponível em:

<<http://66.94.231.168/search/cache?p=%22participa%C3%A7%C3%A3o+de+jovens+pobres%22+eventos+carrano&toggle=1&ei=UTF-8&meta=all%3D1&fl=0&all=1&u=www.uff.br/obsjovem/Os%2520jovens%2520do%2520Rio%2520e%2520o%2520tr%25E1fico%2520de%2520drogas.pdf&w=%22participacao+de+jovens+pobres%22+eventos+carrano&d=5E58674E44&icp=1&.intl=br>>. Acesso em: 15/5/2004.

[14] Organização Internacional da Juventude e Organização Brasileira da Juventude, respectivamente.

[15] Disponível em: <www.obj.org.br/docsdeapoio/trabalhos/juventudeouproblema.htm>. Acesso em: 5/6/2004

[16] As teorias neomalthusianas retomam a obra “An essay on the principle of the population” (séc. XIX) o pastor e economista britânico Thomas Malthus. Procuram explicar a miséria a partir do princípio da escassez. Nesse sentido, seria um fado inevitável à humanidade, uma vez que os recursos naturais não conseguem acompanhar de forma sustentável a multiplicação da demanda agregada. Então, o aumento da população jovem significa maior impacto sobre os recursos escassos, com o agravante de prescindir, muitas vezes, de uma contrapartida produtiva.

[17] Art. 1º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, que altera a art. 7º, inciso XXXIII, da Carta Constitucional de 1988.

^[18] Exceto na condição de aprendiz (formação técnico-profissional com garantia frequência obrigatória ao ensino regular), a partir dos 14 anos.

^[19] Disponível em: <<http://www.andi.org.br/noticias/anmviewer.asp?a=4536&z=21>>. Acesso em: 4/9/2004

^[20] Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/arqui1089900676.zip>. Acesso em: 30/7/2004.

^[21] Para a OMS, os custos da violência incluem, além dos gastos hospitalares das vítimas, a perda de renda da população afetada, despesas com policiamento e processos judiciais, perda de investimento em capital humano e efeitos sobre a entrada de recursos estrangeiros no país.

^[22] Disponível em: <http://www.pe.gov.br/acoes_acao_social.htm>. Acesso em: 1/9/2004

^[23] Para mais informações sobre as relações entre juventude, consumo e cidadania, ver texto de Rosemere Santos Maia, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, chamado “Jovens e excluídos, porém consumidores: seriam eles cidadãos?”. Disponível na Internet em: <<http://www.odialetico.hpg.ig.com.br/filosofia/jovensexcl.htm>>.

^[24] Não é sem motivos que o relatório da OMS também indica a existência de influxo da desigualdade social sobre as taxas de homicídio (violência) no Rio de Janeiro (Jornal do Commercio, 10/6/2004).

^[25] Entende-se o conceito de capital humano, a partir de Schultz (1973), como o valor atual das habilidades adquiridas pelas pessoas e não o valor das pessoas como seres humanos.